



Sinaf Previdencial Cia de Seguros

Relatório do Auditor Independente
sobre as Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em 30 de junho de 2018

Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis intermediárias	5
Demonstrações contábeis intermediárias	8
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias do semestre findo em 30 de junho de 2018	14

Relatório da Administração da Sinaf Previdencial Cia de Seguros

Prezados Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Sinaf Previdencial Cia de Seguros relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2018, elaboradas na forma das disposições legais e estatutárias, associadas às normas expedidas pelo CNSP - Conselho Nacional de Seguros Privados e SUSEP - Superintendência de Seguros Privados, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório do Auditor Independente.

Desempenho das operações

A Sinaf Previdencial Cia de Seguros apresentou, no semestre, arrecadação de R\$ 78.202 (R\$ 68.252 em 30 de junho de 2017).

A Companhia tem sua principal atividade na oferta de seguros de vida direcionada ao público segmentado nas classes B2, C e D, conhecidos como “seguros populares”. Sua operação é concentrada na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, onde tem obtido um crescimento expressivo, mensal e constante de receita e de novos segurados.

Além da operação acima, a Companhia participa ainda do sistema DPVAT - Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - operação regida pela Resolução CNSP nº. 332/2015 e alterações, e que é efetivada através de sua participação na Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. - CNPJ Nº 09.248.608/0001-04, da qual é titular nesta data de 42.218 ações ordinárias nominativas. Sua participação ao final do período equivalia a 0,28145% do total do ativo líquido da operação.

Capacidade financeira

Utilizando dados obtidos em modelos estatísticos, atuariais e financeiros, a Sinaf Previdencial Cia de Seguros declara ter capacidade financeira de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários citados no item 6 (a) das Notas Explicativas.

Acordo de acionistas

Atendendo ainda ao disposto na Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, declaramos que inexistem contratos de usufruto de ações ou acordos de acionistas ou diretores para o exercício do direito de voto referente à sociedade Sinaf Previdencial Cia de Seguros.

Perspectivas e planos da Administração para o exercício de 2018

No exercício de 2018 a Companhia concentrará seus esforços na melhoria e ampliação das atividades de sua matriz e inspetorias de produção na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, de forma a ampliar a distribuição dos seus seguros e propiciar um atendimento mais próximo aos seus clientes.

Agradecimentos

Aproveitamos a oportunidade para reiterar nossos agradecimentos aos nossos clientes pela honra e preferência, aos acionistas pela confiança e apoio constantes e aos nossos colaboradores pelo empenho e a dedicação.

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 2018.

A Diretoria
Sinaf Previdencial Cia de Seguros
CNPJ - 44.019.198/0001-20

Diretoria:

Diretor Presidente – Pedro Claudio de Medeiros Bocayuva Bulcão
Diretor Administrativo Financeiro – Marcelo Domingues Salustiano
Diretora Técnica – Celina Maria Lins
Atuário – Severino Garcia Ramos - MIBA nº 357
Contador – Maurício Cesar Costa - CRC / RJ nº 050.876/O-2

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Grant Thornton Auditores Independentes
Rua Voluntários da Pátria, 89 – 5º andar
Botafogo
Rio de Janeiro | RJ | Brasil
T +55 21 3512-4100
www.grantthornton.com.br

Aos:
Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Sinaf Previdencial Cia de Seguros
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Sinaf Previdencial Cia de Seguros** (“**Companhia**”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Sinaf Previdencial Cia de Seguros** em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.


Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 2018


Ana Cristina Linhares Areosa
CT CRC RJ-081.409/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP-025.583/O-1 "S" – RJ

**Balancos Patrimoniais em
30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017**

(Em milhares de reais)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ativo Circulante		59.135	75.604
Disponível		609	741
Caixa e bancos		609	741
Aplicações		52.838	69.818
Títulos de renda fixa – títulos públicos	6	1.082	12.524
Quotas de fundos de investimentos	6	29.953	38.953
Quotas de fundos de investimentos - DPVAT	6	21.803	18.341
Créditos das operações com seguros e resseguros	8	2.600	2.598
Prêmios a receber		2.044	2.121
Operações com resseguradoras		355	363
Outros créditos operacionais		201	114
Ativos de resseguro e retrocessão – Provisões Técnicas	9	714	780
Sinistros pendentes de pagamento		546	625
Prêmios		40	38
IBNR		107	94
Outras provisões		21	23
Títulos e créditos a receber		997	487
Títulos e créditos a receber		407	209
Outros créditos tributários		176	170
Outros créditos		414	108
Despesas antecipadas		261	120
Despesas administrativas antecipadas		261	120
Custos de aquisição diferidos	10	1.116	1.060
Seguros		1.116	1.060
Ativo não circulante		31.479	24.494
Realizável a longo prazo		22.770	14.935
Aplicações	6	21.457	13.507
Títulos de renda fixa – títulos públicos		21.457	13.507
Títulos e créditos a receber		1.313	1.428
Depósitos judiciais	15	887	846
Créditos tributários e previdenciários	11	426	582
Investimentos		155	155
Participações societárias		155	155
Imobilizado	12	7.027	7.767
Bens móveis		4.905	4.753
Veículos		3.296	3.297
Outras imobilizações		7.429	7.419
(-) Depreciação acumulada		(8.603)	(7.702)
Intangível	13	1.527	1.637
Marcas e patentes		13	13
Despesas c/ desenv. p/ sistemas de computação		4.486	4.323
(-) Amortização acumulada		(2.972)	(2.699)
Total do ativo		<u>90.614</u>	<u>100.098</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Sinaf Previdencial Cia de Seguros

9

Balancos Patrimoniais em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Passivo Circulante		46.536	45.319
Contas a pagar		11.226	13.975
Obrigações a pagar		2.196	2.782
Impostos e encargos sociais a recolher		689	844
Encargos trabalhistas		1.584	1.180
Impostos e contribuições		1.543	1.758
Dividendos a pagar	16	5.207	7.411
Financiamentos		7	-
Débitos de operações com seguros e resseguros		864	821
Operações com resseguradoras		283	264
Corretores de seguros e resseguradoras		451	431
Outros débitos operacionais		130	126
Depósito de terceiros		-	139
Prêmios e emolumentos recebidos		-	139
Provisões Técnicas - Seguros		34.446	30.384
Ramos elementares e vida em grupo	14	34.446	30.384
Provisão de prêmios não ganhos		5.977	5.628
Provisão de sinistros a liquidar		8.283	8.119
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados		19.902	16.481
Outras provisões		284	156
Passivo não circulante		1.116	1.066
Contas a pagar		240	231
Outros débitos operacionais		238	231
Financiamentos		2	-
Outros débitos	15	876	835
Provisões judiciais		876	835
Patrimônio líquido	16	42.962	53.713
Capital social		23.208	23.208
Reservas de lucros		11.183	19.012
Dividendos adicionais propostos		-	11.493
Lucro do Semestre		8.571	-
Total do passivo		<u>90.614</u>	<u>100.098</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Sinaf Previdencial Cia de Seguros

Demonstrações dos Resultados dos semestre findos Em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação – em Reais)

	<u>Notas</u>	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Prêmios emitidos líquidos	20	78.202	68.252
Variações das provisões técnicas de prêmios		(513)	(571)
Prêmios ganhos		77.689	67.681
Receita com emissão de apólices	20	401	375
Sinistros ocorridos	20	(24.073)	(20.024)
Custos de aquisição	20	(18.091)	(15.358)
Outras receitas e despesas operacionais	20	(1.514)	(1.765)
Resultado com resseguro	20	65	(224)
Despesas administrativas	20	(17.233)	(16.052)
Despesas com tributos	20	(2.863)	(2.538)
Resultado financeiro	20	1.866	2.853
Resultado operacional		16.247	14.948
Ganhos ou perdas c/ ativos não correntes		(10)	165
Resultado antes do impostos e participações		16.237	15.113
Imposto de renda	17	(3.752)	(3.522)
Contribuição social	17	(3.084)	(2.897)
Participação sobre o resultado	21	(830)	(625)
Lucro líquido do semestre		8.571	8.069
Quantidade de ações		1.221.474.877	1.090.685.333
Lucro líquido por ação (lote de mil ações)		7,02	7,40

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Sinaf Previdencial Cia de Seguros

Demonstrações dos Resultados Abrangentes dos semestres findos Em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Descrição	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Lucro líquido do semestre	8.571	8.069
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do semestre	<u><u>8.571</u></u>	<u><u>8.069</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Sinaf Previdencial Cia de Seguros

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido dos semestres findos Em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Capital social em aprovação	Reservas		Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
				Legal	de Lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2016		17.723	-	2.492	15.714	7.276	-	43.205
Dividendos adicionais relativos ao exercício 2016 distribuídos em 2017		-	-	-	-	(7.276)	-	(7.276)
Aumento de capital conforme AGO/E de 28/03/2017		-	3.000	-	-	-	-	3.000
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	8.069	8.069
Saldos em 30 de junho de 2017		17.723	3.000	2.492	15.714	-	8.069	46.998
Saldos em 31 de dezembro de 2017		20.723	2.485	3.298	15.714	11.493	-	53.713
Dividendos adicionais relativos ao exercício 2017 distribuídos em 2018		-	-	-	-	(11.493)	-	(11.493)
Dividendos distribuídos conforme AGO de 31/03/2018		-	-	-	(7.829)	-	-	(7.829)
Portaria SUSEP nº 874 de 08/05/2018		2.485	(2.485)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	8.571	8.571
Saldos em 30 de junho de 2018		23.208	-	3.298	7.885	-	8.571	42.962

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto - dos semestres findos
Em 30 de junho de 2018 e 2017**

(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre	8.571	8.069
Depreciações e amortizações	1.195	1.253
Reversão de perdas por redução ao valor recuperável dos ativos	(486)	57
Perdas por ajuste ao valor de realização por obrigações	99	4
Perda na alienação de imobilizado / intangível	10	(165)
	<u>9.389</u>	<u>9.218</u>
Variação nas contas patrimoniais		
Ativos financeiros	9.030	(2.386)
Crédito das operações de seguros e resseguros	484	(443)
Ativos de resseguros	66	224
Créditos fiscais e previdenciários	(6)	(52)
Ativo fiscal diferido	156	34
Depósitos judiciais e fiscais	(41)	(79)
Despesas antecipadas	(141)	(127)
Custos de aquisição diferidos	(56)	(88)
Outros ativos	(504)	(241)
Obrigações a pagar	(166)	81
Impostos e contribuições	(370)	(85)
Débitos e operações com seguros e resseguros	(56)	15
Depósitos de terceiros	(139)	316
Provisões técnicas - seguros e resseguros	4.062	1.550
Provisões judiciais	41	(136)
	<u>21.749</u>	<u>7.801</u>
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		
Atividades de investimentos		
Recebimento:		
Pela venda de investimento	-	2
Pela venda de imobilizado	-	238
Pagamento:		
Pela compra de investimento	-	-
Pela compra de imobilizado	(210)	(748)
Pela compra de intangível	(145)	(358)
	<u>(355)</u>	<u>(866)</u>
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimento		
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	3.000
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(21.526)	(8.809)
	<u>(21.526)</u>	<u>(5.809)</u>
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de financiamento		
	<u>(132)</u>	<u>1.126</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalente de caixa		
No início do semestre	741	1.069
No final do semestre	609	2.195
	<u>(132)</u>	<u>1.126</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias do semestre findo em 30 de junho de 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Sinaf Previdencial Cia de Seguros (Companhia ou Seguradora) é uma sociedade anônima fechada, com sede no Brasil e matriz domiciliada à Av. Rio Branco, 245 - 29º andar - Rio de Janeiro – RJ, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP a operar em seguros dos ramos vida, planos de pecúlio e rendas da previdência privada aberta no estado do Rio de Janeiro.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis intermediárias

a) Continuidade

A Administração avaliou a habilidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas com base nesse princípio.

b) Declaração de conformidade

Em 30 de julho de 2015, a SUSEP emitiu a Circular SUSEP nº 517 e suas respectivas alterações que dispõe sobre as Normas Contábeis e o plano de contas a serem observadas pelas entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradores locais, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Desta forma, as demonstrações contábeis intermediárias foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante “práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP”.

A adoção das práticas contábeis estabelecidas na Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações não trouxe qualquer alteração a ser efetuada nas demonstrações contábeis de forma retroativa, de acordo com os requerimentos do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

A autorização para conclusão da elaboração das demonstrações contábeis intermediárias foi concedida pela Administração da Seguradora em 24 de agosto de 2018.

c) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Seguradora é o real (R\$). Essa é a moeda do principal ambiente econômico em que a Seguradora opera. As demonstrações contábeis intermediárias também estão sendo apresentadas na referida moeda.

d) Base para mensuração

Os valores contidos nas demonstrações contábeis intermediárias são expressos em reais (R\$), arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma, e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos seguintes materiais reconhecidos no balanço patrimonial:

- instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP.

Conforme permitido pelo CPC 11 “Contratos de seguro”, a Seguradora aplicou as Práticas Contábeis Geralmente Aceitas no Brasil (BRGAAP) aos seus contratos de seguro, de acordo com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela SUSEP.

A elaboração das demonstrações contábeis intermediárias requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis.

Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, dentre outros, o teste de adequação do passivo, a determinação do valor justo de ativos financeiros e de instrumentos financeiros, o teste de perda do valor recuperável de ativos não financeiros e provisão para contingências.

A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá sofrer alteração em relação ao valor estimado em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

a) Novas normas contábeis e interpretação ainda não adotadas

Diversas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. Dentre aquelas que podem ser relevantes para a Seguradora, quando referendadas pela SUSEP, encontra-se:

- IFRS 16 – Substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06(IAS 17) Operações de arrendamento mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, /SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A Adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial do arrendatário. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendado. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A Contabilidade do arrendador permanece semelhante a norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

Com data de vigência a partir de janeiro de 2019, a Companhia ainda está em processo de análise deste novo pronunciamento, observando criteriosamente o novo conceito de arrendamento mercantil, principalmente, na sua atuação como arrendatário.

- IFRS 17 - Contratos de Seguros, substituirá a orientação sobre contratos de seguros que existe atualmente e tem o objetivo de contribuir para melhor entendimento dos aspectos como exposição ao risco, rentabilidade e posição financeira. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2021.

Até a data da publicação destas demonstrações contábeis intermediárias, a SUSEP não havia referendado os CPC's 06 (R2) (IFRS 16) e a IFRS 17. A IFRS 17 – Contratos de seguros, ainda não foi referendado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações contábeis intermediárias da Seguradora estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados.

a) Disponível

Incluem caixa e saldos positivos em contas correntes na data do balanço e com risco insignificante de mudanças no valor de mercado.

b) Ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação dos ativos financeiros na data inicial de aquisição dos ativos e reavalia a sua classificação a cada data de balanço. A Seguradora classifica seus ativos financeiros conforme as categorias segundo do CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração:

i) Mensurados ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de negociação no curto prazo, sendo reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Esses ativos são mensurados ao custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e avaliados subsequentemente ao valor justo, com variações no valor justo reconhecidas imediatamente no resultado do período. Os custos de transação incorridos na aquisição dos ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos imediatamente no resultado do período conforme incorridos. Os títulos nessa categoria são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento do título.

ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros designados no momento da aquisição com esta classificação não são passíveis de negociação. A Seguradora deve ter a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento.

Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante e não circulante da Companhia, de acordo com a maturidade do título, e são avaliados pelo seu valor de aquisição (valor justo), acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações contábeis intermediárias, calculados com base na taxa efetiva de juros dos respectivos títulos.

iii) Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 (doze) meses após a data-base do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Na prática são normalmente reconhecidos ao valor faturado por meio da emissão da apólice, ajustado pela provisão para impairment, calculada de acordo com a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, provisionando a totalidade dos créditos a vencer e vencidos, quando o período de inadimplência superar 60 (sessenta) dias da data do vencimento do crédito.

c) Reconhecimento e mensuração de contratos de seguro

Contratos de seguros são os contratos em que a Seguradora aceitou risco de seguro significativo de outra parte (o detentor da apólice), concordando em pagar indenização de seguro aos detentores da apólice no caso de ocorrência de um evento futuro incerto especificado (o evento segurado), com efeito adverso sobre o detentor da apólice. De forma geral, a Seguradora determina se apresenta risco de seguro significativo, por meio da comparação dos benefícios pagos com os benefícios a pagar se o evento segurado não tivesse ocorrido. Os contratos de seguro podem também transferir risco financeiro.

Quando um contrato for classificado como um contrato de seguro, ele deve continuar classificado como um contrato de seguro durante o período remanescente da sua vigência, mesmo que haja redução significativa no risco de seguro durante este período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirem. Contratos de investimento podem, contudo, ser reclassificados para contratos de seguro após a data do seu reconhecimento inicial se o risco de seguro se tornar significativo. Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização são registrados quando da emissão das apólices ou faturas, líquidos dos respectivos custos de emissão, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

As operações de cosseguro aceito e as realizadas por meio dos consórcios do seguro DPVAT são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres e da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., respectivamente.

d) Ativos e passivos de resseguros

Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e em longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização (ou recebimento) dos ativos junto aos resseguradores. Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e com os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de resseguro e em parcelas estimadas a recuperar em resseguros. Quaisquer ganhos ou perdas originadas na contratação inicial de resseguro são amortizados respeitando-se o período de competência da vigência do contrato.

A Seguradora analisa a recuperabilidade dos ativos de resseguro regularmente no mínimo a cada data de balanço. Quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do período. Atualmente, não foi verificada a necessidade de se realizar provisão para perdas com o valor recuperável sobre os ativos de resseguro da Seguradora.

e) Passivos de seguro

A Seguradora utilizou as diretrizes do CPC 11 – Contratos de Seguro, para avaliação dos contratos de seguro e conversão das demonstrações contábeis intermediárias, aplicando as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro tais como: **(i)** teste de valor recuperável de ativos de resseguro, **(ii)** avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação de contratos de seguro, dentre outras políticas aplicáveis.

A Companhia não aplicou os princípios de contabilidade reflexa (shadow accounting) já que não possui contratos cuja avaliação dos passivos, ou benefícios aos segurados, seja impactada por ganhos ou perdas não realizadas de títulos classificados como disponíveis para a venda segundo o CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Adicionalmente, a Companhia não identificou situações onde tenha utilizado excesso de prudência na avaliação de contratos de seguro segundo a sua prática contábil anterior.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguros, segundo a prática contábil adotada no Brasil aplicada às sociedades autorizadas a funcionar pela SUSEP, são constituídas de acordo com a Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações e pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações. Para cada provisão técnica especificada a seguir foi desenvolvida pelo atuário responsável técnico uma nota técnica atuarial com seus critérios, parâmetros e fórmulas.

Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)

É constituída pelas parcelas de prêmios, correspondente aos períodos de riscos a decorrer, calculado pelo método pró-rata dia, e atualizada monetariamente, quando aplicável, de acordo com as normas da SUSEP. A provisão de prêmios não ganhos de riscos vigentes e não emitidos tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos assumidos, mas ainda não emitidos e é calculada com base em nota técnica atuarial.

Provisão de sinistros a liquidar (PSL)

Corresponde à melhor estimativa da Seguradora do valor a ser pago, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço e atualizada monetariamente nos termos da legislação em vigor. A provisão de sinistros a liquidar para o ramo DPVAT é constituída mensalmente com base nos valores informados, exclusivamente, pela Seguradora Líder.

Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)

É constituída conforme nota técnica atuarial, com base na experiência histórica entre as datas de ocorrência e de cadastro dos sinistros, de acordo com a legislação vigente. A provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados para o ramo DPVAT é constituída mensalmente com base nos valores informados, exclusivamente, pela Seguradora Líder.

f) Custos de aquisição diferidos

É constituído pela parcela do prêmio comercial ligada diretamente à celebração ou renovação de contratos de seguro e será diferida de acordo com a vigência de cada risco e apropriadas no mês de referência, de acordo com as normas da SUSEP.

Os custos de aquisição somente serão elegíveis de diferimento quando for possível estabelecer uma relação direta com uma apólice. Situações que não se enquadram no citado anteriormente deverão ser reconhecidas no resultado como despesa.

g) Reconhecimento de sinistros e despesas

Os sinistros decorrentes de seguros gerais incluem todos os eventos que ocorrem durante o exercício, avisados ou não, os respectivos custos internos e externos com tratamento de sinistros diretamente relacionados ao processamento e liquidação dos mesmos, reduzidos por eventuais ajustes de sinistros a liquidar de exercícios anteriores.

Os sinistros de resseguro são registrados quando do reconhecimento do valor bruto do sinistro de seguro correspondente, de acordo com os termos do respectivo contrato.

h) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado e, somente quando for provável que fluirão benefícios econômico-futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Em caso de substituição de itens ou peças, o valor contábil é baixado contra o resultado. Todos os outros reparos e as manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Equipamentos de informática e telecomunicação	5 anos
Móveis máquinas e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos/ (perdas), líquidos" na demonstração do resultado do semestre.

i) Intangível

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de cinco anos a taxa de 20% ao ano.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- é tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- a Administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo;
- o software pode ser vendido ou usado;
- pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômico-futuros;
- estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software;
- o gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

j) Recuperabilidade de ativos financeiros

Por ocasião de encerramento de balanço, a Companhia avalia se há evidências objetivas de que um determinado ativo financeiro, ou grupo de ativo financeiro, está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos originados pela não recuperação do ativo pelas operações são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos.

k) Ativos contabilizados ao custo amortizado

Quando houver evidência clara da ocorrência de perda de valor recuperável de ativos contabilizados ao custo amortizado, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas, mas ainda não incorridas), descontada à taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

A Seguradora inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda de valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativo, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se for concluído que não existe real evidência de perda de valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto com relação à perda de valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda de valor recuperável e para os quais uma perda de valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida, não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda de valor recuperável.

Eventual perda no valor recuperável é sempre avaliada na data de encerramento do balanço.

Para fins de impairment, a Companhia designa os prêmios de seguros a receber nesta categoria. A constituição de impairment é registrada de acordo com a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações.

Se, em período subsequente, houver redução no montante da perda no valor recuperável claramente relacionada a um evento ocorrido após o reconhecimento da referida perda, a perda no valor recuperável anteriormente reconhecida será estornada. Qualquer estorno subsequente de perda no valor recuperável é reconhecido na demonstração do resultado, na medida em que o valor contábil do ativo não ultrapasse o seu respectivo custo amortizado na data do estorno.

I) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia periodicamente, as posições assumidas nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e as contribuições sociais diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis intermediárias. Entretanto, o imposto de renda e as contribuições sociais diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e as contribuições sociais diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto e leis fiscais promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e as contribuições sociais diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda ativo é compensado quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

m) Teste de adequação de passivo

Conforme requerido pelo pronunciamento CPC 11 – Contratos de Seguro, em cada data de balanço, a Companhia elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data base. O teste deverá avaliar as obrigações decorrentes de contratos e certificados dos planos de seguro.

A SUSEP instituiu, conforme Circular nº 457/2012 revogada pela Circular nº 517/2015 e alterações, o “teste de adequação de passivos” para fins de elaboração das demonstrações contábeis das entidades supervisionadas pela SUSEP e definiu regras e procedimentos para sua realização.

A Companhia comercializa os seguros do ramo DPVAT, vida, acidentes pessoais, desemprego/perda de renda e funeral. Com exceção do DPVAT, os produtos comercializados são classificados como Contratos de Seguros, que seguem critérios estabelecidos no Pronunciamento Contábil CPC 11 – Contratos de Seguros, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e sujeitos aos testes de adequação de passivo (TAP). Em resumo, o teste tem por finalidade a elaboração de fluxos de caixa, para posteriormente, compará-los com as provisões constituídas pela Seguradora, deduzidas dos Ativos Intangíveis Relacionais (AIR). Para o teste, a Companhia elaborou metodologia que representa a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e acessórias de liquidação de sinistros.

Utilizando-se premissas atuais para o teste, os contratos são agrupados pelos ramos estabelecidos na regulamentação vigente, de acordo com a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações. Foram consideradas as receitas de prêmios a emitir até o final de vigência das apólices, bem como as despesas de comissões a pagar, sinistros ocorridos e ainda não pagos, sinistros a ocorrer e despesas administrativas. As despesas administrativas foram contempladas em um ambiente de run-off. Foi utilizado como taxa de desconto o modelo de estrutura de juros a termo com o indexador IGP-M desenvolvido pela SUSEP.

Para o cálculo das taxas mensais de desconto foi utilizada a tabela constante na Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, a qual define os parâmetros para a curva de títulos de acordo com o indexador da obrigação.

Para a projeção de sinistralidade futura foram aplicados aos prêmios emitidos as médias dos índices de sinistralidade apurados com base nos dados contábeis e nas informações da Superintendência de Seguros Privados.

n) Outras provisões, ativos e passivos contingentes

Segundo o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, uma provisão contingente de natureza trabalhista, cível e tributária, é reconhecida quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de evento passado, cujo valor tenha sido estimado com segurança e que seja provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão.

As provisões são constituídas a partir de uma série de análises individualizadas dos processos administrativos e judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando em um desembolso futuro, efetuadas pelo departamento jurídico interno e pela assessoria jurídica externa da Seguradora. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

o) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera que a contabilização dos prêmios de seguros ocorre na data de emissão das apólices.

Os prêmios de seguros e as correspondentes despesas de comercialização são reconhecidos no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

As receitas de prêmios de seguros são apropriadas ao resultado quando da emissão das respectivas apólices de seguro e diferidas para apropriação, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG). Os prêmios relativos aos contratos de resseguro são registrados como prêmios de resseguros cedidos no resultado do semestre pelo prazo médio esperado de vigência das apólices que participam dos respectivos contratos.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das demonstrações contábeis intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de alto grau de julgamento da Administração da Companhia na utilização de determinadas políticas contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das práticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos, além daqueles que envolveram estimativas e premissas, que tiveram os principais efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias.

a) Avaliação de passivos de contratos de seguros

Conforme permitido pelo pronunciamento CPC 11 – Contratos de Seguro, a Companhia aplicou as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil aos seus contratos de seguro. Para contratos de seguro, as estimativas devem ser feitas para o custo final esperado dos sinistros avisados referente a sinistros judiciais (PSL) e dos sinistros incorridos, mas ainda não avisados (IBNR) na data do balanço. Pode levar um tempo considerável para estabelecer, com certeza, o custo final dos sinistros e, para determinados tipos de apólices, os sinistros avisados (PSL) representam a maior parte da obrigação registrada no balanço.

O custo final de sinistros a liquidar é estimado utilizando critérios matemáticos, conforme definido em Nota Técnica Atuarial.

O comportamento histórico de sinistros é analisado com base nos anos das ocorrências, por ramo de seguro. A principal premissa considerada pelas referidas técnicas é de que a experiência passada sobre sinistros da Companhia pode ser utilizada para projetar sinistros futuros e, assim, os custos finais dos sinistros. Desta forma, esses métodos extrapolam o comportamento de sinistros incorridos e pagos, custos médios por sinistro e número de sinistros com base no comportamento observado nos exercícios anteriores e índices esperados de perdas.

Julgamento qualitativo adicional é utilizado para avaliar a extensão em que tendências passadas podem não se aplicar no futuro (por exemplo, para refletir ocorrências únicas, mudanças em fatores externos ou de mercado, como comportamentos do público em relação a sinistros, condições econômicas, níveis de inflação para sinistros, decisões judiciais e legislação, bem como fatores internos como composição de carteira, características da apólice e procedimentos para tratar de sinistros) de forma a determinar o custo final estimado de sinistros considerados possíveis e prováveis, levando em conta todas as incertezas envolvidas.

b) Provisão para recuperação de ativos de seguros, cosseguros e resseguros

Essas provisões são fundamentadas em análise do histórico de perdas monitorado pela Administração, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos valores a receber relativos a operações com seguros, cosseguros e resseguros. Em 30 de junho de 2018 não houve indícios que os valores a receber não seriam recuperados.

c) Vida útil dos ativos imobilizado e intangível

A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

d) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo estas evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

e) Impostos

O imposto de renda e a contribuição social diferido no ativo são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

f) Provisões para contingências

A Seguradora está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advém do curso normal das atividades de seus negócios, sendo que a avaliação dos riscos envolvidos envolve considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvesse benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

5. Gestão de risco de seguro e risco financeiro

a) Gestão de risco de seguro

O principal risco para a Seguradora nos contratos de seguro é o de que sinistros e pagamentos efetivos de indenizações a sua época não correspondam às expectativas. Isso é influenciado pela frequência dos sinistros, gravidade dos sinistros, indenizações efetivamente pagas e históricos de sinistros de longo prazo. Desta forma, o objetivo da Companhia é o de assegurar a disponibilidade de reservas suficientes para cobrir esses passivos.

A exposição de risco acima é reduzida por meio de mecanismos de pulverização da carteira de contratos de seguros. A qualidade dos riscos está diretamente relacionada ao critério de seleção e implementação de diretrizes sob a estratégia de subscrição.

A Companhia adquire resseguro como parte do seu programa de redução de riscos. Resseguro cedido é colocado em bases proporcionais. O plano de resseguro contratado compreende resseguro de excedente de responsabilidade. Coberturas contratadas para reduzir a exposição da Seguradora e permitir a homogeneidade da carteira de clientes

Os valores a recuperar junto as resseguradoras estão estimados de forma consistente com a provisão para sinistros a liquidar, de acordo com os contratos de resseguro. Apesar de a Companhia apresentar contratos de resseguro, não está isenta das suas obrigações diretas frente aos detentores de apólices, existindo assim uma exposição de crédito em relação ao seguro cedido, na extensão em que cada resseguradora não possa satisfazer suas obrigações assumidas por força dos contratos de resseguro.

Para a gestão dos riscos de seguros, a Companhia mantém políticas, processos e procedimentos operacionais para avaliação de riscos no ramo em que opera (Pessoas). A política de subscrição, que é de responsabilidade da Diretoria Técnica, norteia a tomada de decisões, as ações e os procedimentos adotados na subscrição de riscos da carteira. Os parâmetros adotados para a elaboração de orçamento e definição das metas (produção, comissionamento, sinistralidade, resultado industrial, entre outros), são atingíveis e sustentáveis, condizentes com a estrutura da Companhia e visando a geração de lucros estáveis e contínuos.

A política de subscrição define os critérios que embasam a subscrição de riscos elencando os riscos declináveis, condições de elegibilidade dos segurados e limites de capital para contratação.

A Companhia subscreve riscos nos ramos “vida”, “acidentes pessoais”, “desemprego/perda de renda” e “funeral”, considerando fatores técnicos de risco como renda, doenças pré-existentes profissões de risco entre outros, que permitam a empresa traçarem o perfil do risco quando da subscrição, tanto para proponente pessoa jurídica (estipulante de contratação coletiva), como para proponente pessoa física.

Para fins de precificação dos riscos da carteira são adotadas como referências a composição tarifária, tabelas e carregamentos previstos em Nota Técnica Atuarial, eventualmente ajustada às características particulares de cada risco analisado, incluindo experiência histórica de sinistros, resultado industrial e custo de resseguro.

A política de subscrição é suportada pela norma de subscrição de riscos da carteira e manuais internos de procedimentos de subscrição, documentos formalmente aprovados e revisados semestralmente e devidamente divulgados através de meios eletrônicos a todas as alçadas envolvidas.

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 a Seguradora possuía as seguintes importâncias seguradas:

Ramo	30/06/2018	
	Bruta de resseguro	Líquida de resseguro
Funeral	821.188	821.188
Acidentes pessoais	6.899.828	6.068.926
Desemprego/ perda de renda	11.789	11.789
Vida	2.606.822	2.329.792
Totais	10.339.627	9.231.695

Ramo	31/12/2017	
	Bruta de resseguro	Líquida de resseguro
Funeral	772.883	772.883
Acidentes pessoais	6.534.950	5.774.606
Desemprego/ perda de renda	11.303	11.303
Vida	2.574.510	2.305.317
Totais	9.893.646	8.864.109

b) Teste de sensibilidade das atividades operacionais

Para efeito de teste de sensibilidade, foram utilizadas premissas que alteraram as estimativas de sinistros, despesas de comercialização e os valores de prêmios emitidos até junho de 2018. Utilizamos projeções de obrigações contratuais originadas nos períodos anteriores à data base do estudo, bem como os prêmios emitidos até 30 de junho de 2018. Na redução dos prêmios emitidos, consideramos uma variação de -5%. No agravamento do sinistro, consideramos uma variação de +5% nos sinistros dos contratos com riscos ocorridos. No aumento das despesas de comercialização, os valores percebidos foram agravados em +5%. As variações foram obtidas com base na evolução da receita emitida, despesa de comercialização e sinistro retido dos ramos vida, desemprego/perda de renda, acidentes pessoais e funeral.

Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições agravadas. Esses testes levam em consideração cenários históricos e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão.

Variável operacional (Inclui DPVAT)	Efeitos		
	R\$	% Resultado	% PL
Cenário 1 – sinistros (aumento 5%)	242	(2,81)	(0,56)
Cenário 2 – prêmios emitidos (redução 5%)	1.605	(18,63)	(3,73)
Cenário 3 – despesas de comercialização (aumento 5%)	527	(6,11)	(1,22)

c) Gestão de riscos financeiros

Os detalhamentos dos controles estão descritos no contexto de cada risco. Por recursos financeiros, entende-se todo recurso monetário em moeda nacional ou aplicação em instituição financeira. Por Títulos e Valores Mobiliários, entende-se toda forma de aplicação de recurso financeiro legalmente instituído. Os parâmetros básicos contemplam as análises dos cenários macroeconômicos de curto, médio e longo prazo, sendo observadas as expectativas de evolução das taxas de juros, inflação, câmbio e crescimento da economia. As Gestões de Riscos de Investimentos Financeiros estão definidas como segue:

Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pela contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Com o objetivo de mitigar o risco de crédito, os ativos garantidores das reservas técnicas da seguradora são compostos integralmente de títulos públicos do governo federal, que ocupam a mais alta posição de confiabilidade do mercado financeiro. Já os ativos livres foram alocados em fundo exclusivo e são monitorados mensalmente pela área de Controladoria através das agências classificadoras de risco. As análises de Risco de Créditos são baseadas no Rating determinado por agências classificadoras de riscos internacionais.

Composição da carteira por classe e categoria contábil (exclui DPVAT)	“FITCH, Moodys ou S&P (ratings similares)”				Sem rating/ títulos públicos	Total
	AAA	AA+ / AA / AA-	A+ / A / A-	Outras classif.		
I. Títulos para negociação						
Fundo Exclusivo (*)	1.802	2.093	135	88	25.835	29.953
II. Títulos mantidos até o vencimento						
Títulos Públicos (LFTs)	-	-	-	-	22.539	22.539
Total	1.802	2.093	135	88	48.374	52.492

(*) Divide-se em renda fixa, multimercado e renda variável.

Risco de mercado

Consiste na possibilidade de perdas, em função de flutuação desfavorável do valor de ativos.

Além do Stress Test, o controle do Risco de Mercado é baseado no modelo VAR (Value at Risk) paramétrico, especificado com nível de confiança de 99% dado um horizonte de tempo de um dia, que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira, metodologia esta aplicada aos ativos da empresa, conforme tabela a seguir:

<u>Ativo</u>	<u>VaR - Value at Risk</u>	
FIC Institucional	R\$ 29	0,10%
LFT	R\$ 0	0,00%

Nível de Confiança de 99% com horizonte de 1 dia

Durante a realização do Stress Test foram obtidos os valores descritos na tabela abaixo, baseados em cenário disponibilizado pela Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F).

Classe	Premissa	Saldo em 30/06/2018	Estimado em 30/06/2018	Varição no resultado antes dos impostos	Varição no PL
I. Títulos para negociação					
Fundo Exclusivo					
FIC Institucional	Cenário Stress Test BMF2	29.953	29.801	(152)	(88)
II. Títulos mantidos até o vencimento					
Letras Financeiras do Tesouro	Cenário Stress Test BMF2	22.539	22.539	-	-
Total geral		52.492	52.340	(152)	(88)

Risco de liquidez

Consiste na possibilidade de uma sociedade não ser capaz de responder aos seus compromissos de pagamentos e em prazo determinado. O gerenciamento de risco de liquidez deve prever um adequado sistema de controle e procedimentos para prevenir a falta de recursos para o cumprimento das obrigações financeiras.

É mantida uma reserva com o objetivo de atender as necessidades de caixa de curto prazo, como forma de mitigar o risco de liquidez. Esta reserva visa garantir o pagamento das despesas operacionais, no caso da ocorrência de eventos que comprometam o fluxo de caixa, por esse motivo, a Companhia mantém pelo menos 10% de seus ativos livres em aplicações de liquidez imediata. O atual nível de liquidez imediata é de 83,94%.

Os seguros comercializados pela Companhia têm vigência anual, desta forma a expectativa de recebimentos de prêmios de seguro está limitada a um ano. Os créditos relativos a operações de resseguro são realizados com prazo médio de seis meses.

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa:

	30/06/2018			Total
	Sem vencimento	Até 01 ano	Acima de 01 ano	
Ativo (exclui DPVAT)				
Fundo exclusivo				
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa	18.880	-	-	18.880
Quotas de fundos de investimentos multimercado	10.434	-	-	10.434
Quotas de fundos de investimentos de renda variável	639	-	-	639
Letras financeiras do tesouro – LFT	-	1.082	21.457	22.539
Créditos das operações com seguros e resseguros	-	2.600	-	2.600
Ativos de resseguros – provisões técnicas	-	714	-	714
Títulos e créditos a receber	-	997	1.313	2.310
Total ativo	29.953	5.393	22.770	58.116
Passivo (exclui DPVAT)				
Provisões técnicas – seguros	-	12.661	-	12.661
Contas a pagar	-	11.181	240	11.421
Débitos das operações com seguros	-	863	-	863
Depósitos de terceiros	-	-	-	-
Outros débitos (provisões judiciais)	-	-	876	876
Total passivo	-	24.705	1.116	25.821

	31/12/2017			Total
	Sem vencimento	Até 01 ano	Acima de 01 ano	
Ativo (exclui DPVAT)				
Fundo exclusivo				
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa	26.774	-	-	26.774
Quotas de fundos de investimentos multimercado	10.670	-	-	10.670
Quotas de fundo de investimentos de renda variável	1.509	-	-	1.509
Letras financeiras do tesouro – LFT	-	12.524	13.507	26.031
Créditos das operações com seguros e resseguros	-	2.598	-	2.598
Ativos de resseguros – provisões técnicas	-	780	-	780
Títulos e créditos a receber	-	487	1.428	1.915
Total ativo	38.953	16.389	14.935	70.277
Passivo (exclui DPVAT)				
Provisões técnicas – seguros	-	12.067	-	12.067
Contas a pagar	-	13.975	231	14.206
Débitos das operações com seguros	-	821	-	821
Depósitos de terceiros	-	139	-	139
Outros débitos (provisões judiciais)	-	-	835	835
Total passivo	-	27.002	1.066	28.068

6. Aplicações em títulos e valores mobiliários

a) Classificação por categoria e faixa de vencimento

	30/06/2018					
	Sem vencimento	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Valor contábil	Valor mercado	%
I. Títulos para negociação						
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa – DPVAT	21.803	-	-	21.803	21.803	29,35%
Fundo exclusivo						
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa	18.880	-	-	18.880	18.880	25,41%
Quotas de fundos de investimentos multimercado	10.434	-	-	10.434	10.434	14,04%
Quotas de fundos de investimentos de renda variável	639	-	-	639	639	0,86%
II. Títulos mantidos até o vencimento						
Letras financeiras do tesouro – LFT	-	1.082	21.457	22.539	22.532	30,34%
Total geral	51.756	1.082	21.457	74.295	74.288	100,00%

31/12/2017							
	Sem vencimento	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Valor contábil	Valor mercado	%	Taxa de Juros
I. Títulos para negociação							
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa – DPVAT	18.341	-	-	18.341	18.341	22,01%	Pós fixado
Fundo exclusivo							
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa	26.774	-	-	26.774	26.774	32,13%	Pós fixado
Quotas de fundos de investimentos multimercado	10.670	-	-	10.670	10.670	12,81%	Pós fixado
Quotas de fundos de investimentos de renda variável	1.509	-	-	1.509	1.509	1,81%	Pós fixado
II. Títulos mantidos até o vencimento							
Letras financeiras do tesouro – LFT	-	12.524	13.507	26.031	26.030	31,24%	Selic
Total geral	57.294	12.524	13.507	83.325	83.324	100,00%	

O valor de mercado das quotas dos Fundos de Investimento foi apurado com base nos valores divulgados pelos Administradores dos fundos nos quais a Seguradora aplica seus recursos.

Os títulos públicos federais, classificados na categoria “mantidos até o vencimento”, foram contabilizados pela curva do papel.

A companhia tem capacidade financeira suficiente para liquidar os títulos classificados como “mantidos até o vencimento” nas datas finais acordadas nos contratos de aquisição.

b) Movimentação das aplicações financeiras

Movimentação das Aplicações Financeiras (Exclui DPVAT)	Saldo em 31/12/2017	Aplicações	Resgates	Vencimentos	Rentabilidade	Saldo em 30/06/2018
I. Títulos para negociação						
Fundo exclusivo						
FIC Institucional	38.953	38.205	(48.200)	-	995	29.953
II. Títulos mantidos até o vencimento						
Títulos Públicos						
Letras financeiras do tesouro nacional – LFT	26.031	7.393	-	(11.598)	713	22.539
Total geral	64.984	45.598	(48.200)	(11.598)	1.708	52.492

c) Hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os níveis foram definidos como se segue:

- **Nível 1:** títulos com cotação em mercado ativo.

	30/06/2018		31/12/2017	
	Nível 1	Total	Nível 1	Total
Títulos para negociação	51.756	51.756	57.294	57.294
Fundo exclusivo				
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa	18.880	18.880	26.774	26.774
Quotas de fundos de investimentos multimercado	10.434	10.434	10.670	10.670
Quotas de fundos de investimentos de renda variável	639	639	1.509	1.509
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa – DPVAT	21.803	21.803	18.341	18.341
Títulos mantidos até o vencimento	22.539	22.539	26.031	26.031
Letras financeiras do tesouro - LFT	22.539	22.539	26.031	26.031
Total geral	74.295	74.295	83.325	83.325

7. Garantia das provisões técnicas

O Banco Central do Brasil (BACEN) por meio da Resolução nº 4.444/2015 e alterações, e a SUSEP por meio da Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações, regulamentaram as normas para a aplicação dos recursos garantidores das provisões técnicas por parte das sociedades seguradoras. A Seguradora apresenta as seguintes coberturas (Incluem DPVAT):

	30/06/2018	31/12/2017
Provisões técnicas – seguros	34.446	30.384
(-) Provisões técnicas – resseguros	(714)	(780)
Total a ser coberto	33.732	29.604
Ativos totais (aplicações)		
Ativos garantidores	43.260	31.848
Excedente de Cobertura	9.528	2.244

A custódia destes títulos e valores mobiliários é exercida pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e pela Central de Custódia e Liquidação de Títulos (CETIP) ou por instituições financeiras credenciadas.

8. Créditos das operações com seguros e resseguros

	30/06/2018	31/12/2017
Prêmios a receber de segurados	2.129	2.692
(-) Redução ao valor recuperável	(85)	(571)
Operações com resseguradoras	355	363
Outros créditos operacionais	201	114
Total	2.600	2.598

Aging de prêmios a receber de segurados	30/06/2018	31/12/2017
Prêmios a vencer	784	809
De 1 a 30 dias	453	112
De 31 a 60 dias	-	345
De 61 a 90 dias	330	351
De 121 a 180 dias	1	1
Prêmios vencidos	1.345	1.883
De 1 a 30 dias	1.268	1.326
De 31 a 60 dias	4	21
De 61 a 90 dias	2	27
De 91 a 120 dias	1	32
De 121 a 180 dias	7	25
De 181 a 365 dias	12	117
Superior a 365 dias	51	335
Prêmios pendentes	2.129	2.692

Movimentação dos prêmios a receber

Prêmios pendentes em 31 de dezembro de 2016	2.073
(+) Prêmios emitidos líquidos	135.108
(-) Recebimentos	(134.489)
Prêmios pendentes em 31 de dezembro de 2017	2.692
(+) Prêmios emitidos líquidos	74.908
(-) Recebimentos	(75.471)
Prêmios pendentes em 30 de junho de 2018	2.129

Movimentação da provisão para riscos de crédito

Descrição	30/06/2018	31/12/2017
No início do período	(571)	(432)
Constituições	(1.331)	(5.874)
Baixas	1.817	5.735
No final do período	(85)	(571)

9. Ativos de resseguros e retrocessão – provisões técnicas

	30/06/2018	31/12/2017
Prêmios de resseguros das apólices emitidas	40	38
Sinistros administrativos pendentes de liquidação	288	326
Sinistros judiciais pendentes de pagamentos	258	299
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados – IBNR	107	94
Provisão de despesas relacionadas	21	23
Total	714	780

10. Custos de aquisição diferidos

Compreende os custos com despesas de comissão relativos à comercialização de suas apólices de seguros com apropriação ao resultado das despesas realizadas.

	30/06/2018	31/12/2017
Saldo inicial	1.060	917
Constituição	6.508	11.847
Realização	(6.452)	(11.704)
Saldo final	1.116	1.060

11. Créditos tributários e previdenciários

	30/06/2018	31/12/2017
Créditos temporários diferidos sobre diferenças temporárias:		
Provisão para riscos de créditos	32	207
Provisões judiciais	394	375
Total	426	582

Os créditos tributários oriundos de diferenças temporárias decorrem substancialmente de provisões judiciais, ficando o prazo de sua realização condicionado ao desfecho das ações em andamento. O reconhecimento dos créditos tributários está fundamentado em estudo técnico que considera, dentre outras variáveis, o histórico de rentabilidade e projeções orçamentárias, no qual aponta a geração de lucros tributáveis futuros, o que permitirá a realização destes créditos no período de até 10 (dez) anos.

12. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	30/06/2018			31/12/2017
		Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	
Equipamentos de informática e telecomunicações	20%	2.727	(1.864)	863	875
Refrigeração	20%	269	(121)	148	154
Móveis, máquinas e utensílios	10%	1.909	(1.036)	873	960
Veículos	20%	3.296	(2.167)	1.129	1.326
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	7.368	(3.415)	3.953	4.401
Outras imobilizações		-	-	-	5
Imobilizações em curso		61	-	61	46
Total		15.630	(8.603)	7.027	7.767

	Taxa anual de depreciação	31/12/2017	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciações	30/06/2018
Equipamentos de informática e telecomunicações	20%	875	167	(1)	-	(178)	863
Refrigeração	20%	154	7	-	-	(13)	148
Móveis, máquinas e utensílios	10%	960	4	(3)	-	(88)	873
Veículos	20%	1.326	-	-	-	(197)	1.129
Benfeitoria em imóveis de terceiros	20%	4.401	-	-	-	(448)	3.953
Outras imobilizações		5	-	(5)	-	-	-
Imobilizações em curso		46	15	-	-	-	61
Total		7.767	193	(9)	-	(924)	7.027

	Taxa anual de depreciação	31/12/2016	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciações	31/12/2017
Equipamentos de informática e telecomunicações	20%	904	330	(2)	-	(357)	875
Refrigeração	20%	170	9	-	-	(25)	154
Móveis, máquinas e utensílios	10%	1.150	-	(1)	-	(189)	960
Veículos	20%	1.221	695	(74)	-	(516)	1.326
Benfeitoria em imóveis de terceiros	20%	5.292	5	-	-	(896)	4.401
Outras imobilizações		5	-	-	-	-	5
Imobilizações em curso		-	46	-	-	-	46
Total		8.742	1.085	(77)	-	(1.983)	7.767

13. Intangível

	30/06/2018			31/12/2017	
	Custo	Aquisições	Amortizações	Valor líquido	Valor líquido
Software	1.624	119	(272)	1.471	1.624
Marcas e patentes	13	-	-	13	13
Sistemas em desenvolvimento	-	43	-	43	-
Total	1.637	162	(272)	1.527	1.637

14. Passivos de contratos de seguros

	Provisão bruta de seguros e resseguros		Parcela resseguro		Seguros (-) resseguros - provisão líquida	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Funeral						
Provisões de prêmios não ganhos	3.797	3.529	-	-	3.797	3.529
Sinistros a liquidar – administrativo	2.599	2.409	-	-	2.599	2.409
Sinistros a liquidar – judicial	61	51	-	-	61	51
Sinistros ocorridos e não avisados	442	394	-	-	442	394
Provisões de despesas relacionadas	3	3	-	-	3	3
Sinistros ocorridos e não avisados - PDR	2	1	-	-	2	1
Subtotal	6.904	6.387	-	-	6.904	6.387
Acidentes pessoais coletivos						
Provisões de prêmios não ganhos	415	400	(13)	(12)	402	388
Sinistros a liquidar – administrativo	403	284	(50)	(59)	353	225
Sinistros a liquidar – judicial	39	55	(21)	(29)	18	26
Sinistros ocorridos e não avisados	24	19	(8)	(7)	16	12
Provisões de despesas relacionadas	3	4	(2)	(1)	1	3
Sinistros ocorridos e não avisados – PDR	1	1	-	-	1	1
Subtotal	885	763	(94)	(108)	791	655
Desemprego/ perda de renda						
Provisões de prêmios não ganhos	23	22	-	-	23	22
Subtotal	23	22	-	-	23	22
Vida						
Provisões de prêmios não ganhos	1.742	1.677	(27)	(26)	1.715	1.651
Sinistros a liquidar – administrativo	2.392	2.482	(238)	(267)	2.154	2.215
Sinistros a liquidar – judicial	393	443	(237)	(270)	156	173
Sinistros ocorridos e não avisados	283	249	(98)	(87)	185	162
Provisões de despesas relacionadas	35	41	(19)	(21)	16	20
Sinistros ocorridos e não avisados – PDR	4	3	(1)	(1)	3	2
Subtotal	4.849	4.895	(620)	(672)	4.229	4.223
DPVAT						
Sinistros a liquidar – administrativo	448	423	-	-	448	423
Sinistro a liquidar – judicial	1.948	1.972	-	-	1.948	1.972
Sinistros ocorridos e não avisados	19.153	15.819	-	-	19.153	15.819
Outras provisões técnicas	236	103	-	-	236	103
Subtotal	21.785	18.317	-	-	21.785	18.317
Total geral	34.446	30.384	(714)	(780)	33.732	29.604

Demonstração da composição das provisões técnicas por ramo

Provisões de prêmios (PPNG + PPNG-RVNE+OPT) líquido de resseguros (exclui DPVAT)	30/06/2018	31/12/2017
Provisões de prêmios inicial	5.590	4.792
(+) Prêmios emitidos	83.708	151.260
(+)/(-) Prêmios vigentes e não emitidos	(5)	(42)
(-) Cancelamentos e restituições	(9.077)	(16.687)
(-) Prêmios resseguro cedido	(549)	(2.102)
(-) Prêmios ganhos no período	(73.730)	(131.631)
Provisões de prêmios final	5.937	5.590

Provisões de sinistros ocorridos e não-avisados – IBNR (exclui DPVAT)	30/06/2018	31/12/2017
IBNR Inicial	662	580
(+) Sinistros ocorridos	21.850	37.332
(-) Sinistros avisados e ocorridos do mês	(18.985)	(32.657)
(-) Sinistros avisados e ocorridos meses anteriores	(2.778)	(4.593)
IBNR final	749	662

Provisões de sinistros a liquidar (exclui DPVAT)	30/06/2018	31/12/2017
PSL inicial	5.724	6.875
(+) Sinistros avisados e ocorridos do mês	21.590	37.517
(+) Sinistros avisados e ocorridos meses anteriores	3.608	5.690
(+)/(-) Reavaliação de estimativa	(216)	(365)
(-) Sinistro pago	(20.739)	(36.537)
(-) Encerrados	(5.121)	(9.396)
(+) Reativação	1.041	1.940
PSL final	5.887	5.724

Provisões de sinistros ocorridos e não avisados – PDR	30/06/2018	31/12/2017
IBNR PDR inicial	5	10
(+) Despesas ocorridas	198	285
(-) Despesas avisadas e ocorridas no mês	(39)	(36)
(-) Despesas avisadas e ocorridas em meses anteriores	(157)	(254)
IBNR PDR Final	7	5

Provisões de despesas relacionadas – PDR	30/06/2018	31/12/2017
PDR inicial	48	90
(+) Despesas ocorridas	197	322
(+)/(-) Despesas ajustadas	14	(5)
(-) Despesas pagas	(193)	(300)
(-) Despesas encerradas	(25)	(59)
PDR Final	41	48

14.1. Desenvolvimento de sinistros

A tabela de desenvolvimento dos sinistros tem a finalidade de avaliar o comportamento dos sinistros pagos, dos sinistros pendentes e dos sinistros ocorridos e não avisados da Companhia, com exceção dos saldos relacionados ao DPVAT, para cada ano de ocorrência, conforme segue:

- a 1ª tabela demonstra os sinistros acumulados pagos até a data base, para cada ano de ocorrência;
- a 2ª tabela demonstra a estimativa acumulada de sinistros incorridos, ou seja, inclui os sinistros pendentes de pagamento (PSL) e os sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), para cada ano de ocorrência e em cada Balanço Patrimonial encerrado ao final de cada exercício, adicionados dos sinistros acumulados pagos até a data avaliada;
- a tabela de desenvolvimento apresentada contempla a movimentação da Companhia, em conformidade com as normas internacionais de contabilidade.

Ano de ocorrência	Sinistros pagos acumulados				
	2014	2015	2016	2017	30/06/2018
Pagos no ano	15.597	18.646	23.668	27.076	34.238
Pagos até um ano após	17.896	21.847	27.852	31.065	-
Pagos até dois anos após	18.070	22.041	28.172	-	-
Pagos até três anos após	18.204	22.222	-	-	-
Pagos até quatro anos após	18.257	-	-	-	-
Sinistros pagos acumulados	18.257	22.222	28.172	31.065	34.238

Ano de ocorrência	Estimativa dos sinistros incorridos acumulados				
	2014	2015	2016	2017	30/06/2018
Estimativa do ano	20.964	25.726	33.257	37.520	46.424
Estimativa um ano após	20.953	25.908	33.333	37.477	-
Estimativa dois anos após	20.926	25.935	33.299	-	-
Estimativa três anos após	20.961	25.898	-	-	-
Estimativa quatro anos após	20.942	-	-	-	-
Estimativa dos sinistros incorridos acumulados	20.942	25.898	33.299	37.477	46.424
Passivo dos contratos de seguros na data base de 30/06/2018					
Estimativa atual de suficiência	22	(173)	(41)	42	N/A
% suficiência da provisão líquida inicial	0,11%	(0,67%)	(0,12%)	0,11%	N/A

Os resultados encontrados para cada ano de ocorrência dos sinistros demonstram que as provisões técnicas constituídas no Balanço Patrimonial encerrado ao final de cada exercício estão adequadas, uma vez que não resultaram em déficits técnicos quando comparados com os valores efetivamente liquidados ou reavaliados nos anos posteriores.

Os resultados apresentados nas tabelas de desenvolvimento dos sinistros são líquidos das parcelas dos sinistros recuperáveis de terceiros em operações de resseguro, visto que as provisões brutas passaram a serem constituídas pela Seguradora somente a partir de janeiro de 2009, com a alteração da Resolução CNSP nº 162/2006, revogada pela Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações.

15. Provisões judiciais

a) Descrição resumida das principais ações

Fiscais

No âmbito fiscal, a Sinaf Previdencial Cia de Seguros tem apenas um processo, figurando no pólo ativo da Companhia, como segue:

- 1) contestação à exigibilidade de débitos a título de contribuição ao PIS relativo ao período de junho de 1994 a junho de 1997, no montante de R\$ 89, os quais já foram integralmente depositados e iniciados discussão por meio de Embargos à Execução. Para este processo, a probabilidade de perda é Possível.

Cíveis

Existem 347 processos de natureza cível que estão em diversas fases de tramitação. Estes processos envolvem principalmente a discussão de pagamentos de sinistros. Para fazer em face de eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão para os casos classificados com probabilidade de perda provável, a qual está registrada nas rubricas “Reservas Técnicas” no montante de R\$ 493 (R\$ 548 em 31 de dezembro 2017) e “Outros Passivos Contingentes – Contingências Cíveis”, no montante de R\$ 876 (R\$ 835 em 31 de dezembro de 2017).

Trabalhistas

As ações trabalhistas referem-se a reclamações movidas por ex-prestadores de serviço ou ex-empregados de empresas que prestam serviço à Sinaf Previdencial Cia de Seguros. Eles pretendem que seja declarada a responsabilidade solidária da sociedade seguradora por ser ela tomadora dos serviços das empresas reclamadas. Como o pedido contra a Sinaf Previdencial Cia de Seguros versa sobre a responsabilidade solidária, a probabilidade de perda é Remota.

Detalhamento das provisões para contingências por probabilidade de perda

Probabilidade de perda	Contingências cíveis			31/12/2017
	30/06/2018		Valor	Valor
	Quantidade	Valor reclamado	provisionado	Provisionado
Provável	167	5.581	876	835
Possível	180	6.267	-	-
Total	347	11.848	876	835

A Companhia provisiona os valores estimados por seus advogados externos. De acordo com os históricos de perdas, os advogados julgam que o pagamento real gira em torno de 5% a 10% dos valores reclamados.

c) Movimentação das provisões judiciais cíveis (Exclui tributárias)

Descrição	30/06/2018	31/12/2017
No início do semestre	835	1.024
Constituições/reversão	25	(174)
Liquidações	(388)	(387)
Atualizações	404	372
No final do semestre	876	835

d) Movimentação dos Depósitos Judiciais

Descrição	30/06/2018	31/12/2017
No início do semestre	846	1.393
Constituição	61	7
Liquidação	(47)	(665)
Atualizações	27	111
No final do semestre	887	846

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2018, o capital social, autorizado, subscrito e integralizado da Seguradora, é composto de 1.221.474.877 (1.221.474.877 em 31 de dezembro de 2017) ações sendo 1.057.556.792 ações ordinárias e 163.918.085 ações preferenciais, por lote de mil, composto como segue:

	Participação
SINAF Participações S.A.	92,98%
Outros acionistas	7,02%
	100,00%

b) Aumento do capital social

Em 6 de novembro de 2017, os Acionistas da Companhia deliberaram em Assembleia Geral Extraordinária um aumento do capital social, totalizando R\$ 23.208.022,66 (vinte e três milhões, duzentos e oito mil, vinte e dois reais e sessenta e seis centavos) representados por 1.221.474.877 ações, segregadas em 1.057.556.792 ações ordinárias e 163.918.085 ações preferenciais, cujo ato societário foi aprovado pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, conforme Portaria nº 874 de 08 de maio de 2018, publicada em 09 de maio de 2018, no Diário Oficial da União.

c) Reservas

As reservas de lucros são compostas pela reserva legal constituída por valor correspondente a 5% do lucro do exercício e o restante é destinado para reserva de lucros.

d) Dividendos

Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício ajustado a forma da Lei das Sociedades por Ações. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia tinha um saldo de dividendos a pagar de R\$ 7.411. Em 31 de março de 2018, foi aprovada, através de Ata de Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de dividendos adicionais no valor de R\$ 11.493, bem como a reversão de parte da reserva de lucros dos exercícios anteriores no valor de R\$ 7.829 e o pagamento total de R\$ 26.733. Entretanto, até a presente data ocorreu o pagamento efetivo de R\$ 21.526, restando um saldo a pagar a acionistas minoritários de R\$ 5.207.

e) Detalhamento do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e Capital Mínimo Requerido (CMR)

Descrição	30/06/2018	31/12/2017
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	42.962	53.713
1. Ajustes contábeis		
1.1 (-) Participação em sociedades financeiras e não financeiras – nacionais ou no exterior	(155)	(155)
1.2 (-) Despesas antecipadas	(261)	(120)
1.3 (-) Ativos intangíveis	(1.527)	(1.637)
Total dos ajustes contábeis	(1.943)	(1.912)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO SUBTOTAL	41.019	51.801
2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos		
2.1 (+/-) Diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento	(4)	-
2.2 (+) Superávit de fluxos de prêmios/contribuições não registrados apurado no TAP	-	-
2.3 (+) Superávit entre as provisões exatas constituídas e o fluxo realista de prêmios/contribuições registradas utilizado no cálculo da PCC	161	-
2.4 (+) Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	72	-
Total dos Ajustes associados à variação dos valores econômicos (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4)	229	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO (PLA)	41.248	51.801
3. Capital Base	4.000	4.000
4. Capital de Risco (ii)	33.188	30.538
Capital de risco de subscrição – CAS (i)	32.169	29.542
Capital de risco de mercado – CRM (i)	999	906
Capital de risco de crédito – CAC (i)	643	667
Capital de risco operacional	426	410
Benefício da diversificação	(1.049)	(987)
CAPITAL MÍNIMO REQUERIDO (CMR, maior entre 3 e 4)	33.188	30.538
(+) PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO (PLA)	41.248	51.801
(-) CAPITAL MÍNIMO REQUERIDO (CMR)	33.188	30.538
Suficiência de capital - R\$	8.060	21.263
Suficiência de capital (% do CMR)	24,29%	69,63%

- (i) Os cálculos para os valores apurados em 30 de junho de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 estão de acordo com a Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações.
- (ii) O índice de liquidez do Ativo em Relação ao Capital de Risco em 30 de junho de 2018 é de 31,90%. O valor mínimo definido pela Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações é de 20%.

17. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores registrados como despesas de imposto de renda e de contribuição social, como se segue:

	30/06/2018		30/06/2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos impostos e participações	16.237	16.237	15.113	15.113
Participação sobre o resultado	(830)	(830)	(625)	(625)
Subtotal	15.407	15.407	14.488	14.488
Alíquota nominal	25%	20%	25%	20%
Impostos à alíquota nominal	(3.852)	(3.081)	(3.622)	(2.898)
Parcela de dedutibilidade	187	66	119	16
Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes	(3.665)	(3.015)	(3.503)	(2.882)
Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos	(87)	(69)	(19)	(15)
Impostos a alíquota efetiva	(3.752)	(3.084)	(3.522)	(2.897)

18. Principais ramos de atuação

Os principais ramos em que a Seguradora opera e seus indicadores de desempenho são:

Ramo	30/06/2018			30/06/2017		
	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade	Índice de comissionamento	Prêmios ganhos	Índice de Sinistralidade	Índice de comissionamento
Funeral	47.689	31%	24%	39.524	29%	24%
Acidentes pessoais coletivos	4.707	13%	29%	4.121	11%	28%
Desemprego/perda de renda	282	1%	23%	248	2%	23%
Vida	21.600	27%	23%	19.611	23%	23%
DPVAT	3.411	73%	1%	4.177	61%	1%
Total	77.689			67.681		

A Companhia comercializa produtos de vida, funeral, acidentes pessoais e desemprego/perda de renda, utilizando como taxas mínimas as da Tábua de Mortalidade AT-49 MALE. A atualização anual do capital segurado é realizada com base no IGP-M e a taxa de carregamento médio varia de 30% a 60%.

19. Transações com partes relacionadas

A Seguradora possui operações com empresas ligadas, realizadas em condições compatíveis com as de mercado. Os saldos patrimoniais e de resultados decorrentes de tais transações estão demonstrados a seguir:

Partes relacionadas	Ativo		Passivo		Receitas		Despesas	
	30/06/18	30/06/17	30/06/18	30/06/17	30/06/18	30/06/17	30/06/18	30/06/17
Despesas de comercialização								
– Vital Latina S.A	-	-	64	56	-	-	18.629	15.785
Recuperação de despesas administrativas:								
SINAF Assistencial S.A.	84	87	-	-	512	556	-	-
Casa Bom Pastor Serv. Funerário S.A.	25	28	-	-	162	201	-	-
SINAF Sistema Nac. de Assist. a Família	11	13	-	-	64	85	-	-
Uni Empreendimentos Ltda.	63	69	-	-	362	455	-	-
Java Participações Ltda.	8	4	-	-	28	29	-	-
	191	201	64	56	1.128	1.326	18.629	15.785

Adicionalmente, a Seguradora remunerou seus Administradores, os quais são representados pelos Diretores, por meio de pró-labore no montante de R\$ 117 até 30 de junho de 2018 (R\$ 117 em 30 de junho de 2017). Não existem outros benefícios pagos aos Administradores.

20. Detalhamento das contas de resultado

a) Prêmios emitidos líquidos

	30/06/2018	30/06/2017
Prêmios emitidos	83.704	72.447
Prêmios cancelados	(9.077)	(8.449)
Prêmio emitido DPVAT	3.575	4.254
Total	78.202	68.252

b) Sinistros ocorridos

	30/06/2018	30/06/2017
Indenizações avisadas	(20.902)	(16.337)
Indenizações DPVAT	(1.797)	(1.818)
Despesas com sinistros	(187)	(118)
Despesas com sinistros – DPVAT	(681)	(747)
Variação de sinistros ocorridos e não avisados	(505)	(1.006)
Variação das despesas relacionadas	(1)	2
Total	(24.073)	(20.024)

c) Custo de aquisição

	30/06/2018	30/06/2017
Comissões sobre prêmios emitidos	(13.554)	(11.570)
Comissões de agenciamento	(4.593)	(3.875)
Variação do custo de aquisição diferido	56	87
Total	(18.091)	(15.358)

d) Outras receitas e despesas operacionais

	30/06/2018	30/06/2017
Despesas com cobrança bancária – inclusive DPVAT	(1.922)	(1.796)
Despesas com valores recuperáveis – prêmio a receber	486	(56)
Outras receitas com seguros	232	260
Outras despesas com seguros - inclusive DPVAT	(292)	(270)
Despesas com provisões civis	(18)	97
Total	(1.514)	(1.765)

e) Resultado com resseguro

	30/06/2018	30/06/2017
Receita com sinistros	613	969
Despesas com prêmios	(548)	(1.193)
Total	65	(224)

f) Despesas administrativas

	30/06/2018	30/06/2017
Despesas com pessoal próprio e encargos sociais	(7.348)	(7.018)
Despesas com serviços de terceiros	(2.486)	(2.315)
Despesas com localização e funcionamento	(4.610)	(3.999)
Despesas com depreciação e amortização	(1.195)	(1.252)
Despesas com publicidade e propaganda	(669)	(671)
Despesas com publicações	(145)	(182)
Despesas com convênio DPVAT	(262)	(208)
Outras	(518)	(407)
Total	(17.233)	(16.052)

g) Despesas com tributos

	30/06/2018	30/06/2017
Despesas com COFINS	(2.248)	(1.979)
Despesas com PIS	(365)	(321)
Outras	(250)	(238)
Total	(2.863)	(2.538)

h) Resultado financeiro

	30/06/2018	30/06/2017
Receitas	2.479	3.847
Títulos públicos (LFT)	713	1.341
Fundo exclusivo (FIC Institucional)	995	1.382
DPVAT	630	1.016
Outras receitas	141	108
Despesas	(613)	(994)
Operações de seguros	(607)	(986)
Operações de seguros – PSL	-	(1)
DPVAT	(3)	(2)
Outras despesas	(3)	(5)
Resultado financeiro	1.866	2.853

21. Participação sobre o resultado

No 1º semestre de 2018 a Companhia provisionou o montante de R\$ 830 (R\$ 625 em 30 de junho de 2017) a título de participação nos lucros para seus empregados.

* * *

